## OUTROS LIVROS DE NOSSA EDIÇÃO

Odim Brandão Ferreira (Procurador Regional da República em Brasília)
**A Imunidade Tributária das Entidades de Previdência Fechada: uma análise sob a perspectiva da metodologia Jurídica**

Klaus Adomeit (Prof. da Univers. de Berlim)
**Filosofia do Direito e do Estado, Vol I - Filósofos da Antigüidade**

Walber de Moura Agra (Prof. e Advogado em Permambuco)
**Fraudes à Constituição: um atentado ao poder reformador**

Plauto Faraco de Azevedo (Prof. da Univers. Federal do RS)
**Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica**

Nilson Borges Filho (Prof. da UFSC) Org.
**Direito, Estado, Política e Sociedade em Transformação**

Edvaldo Brito (Prof. da Univers. da Bahia)
**Limites da Revisão Constitucional**

Mauro Cappelletti (Prof. da Univers. de Florença, Itália)
**O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado**
Trad. do Prof. Aroldo Plínio Gonçalves
**Acesso à Justiça** - Trad. da Profª Ellen Gracie Northfleet

I. Mártires Coelho (Prof. da Univers. de Brasília)
**Interpretação Constitucional**

Marcelo N. Ribeiro Dantas (Prof. da Univers. Federal do RN)
**A Reclamação Constitucional no Direito Brasileiro**

Peter Häberle (Prof. da Univers. de Augsburg - Alemanha)
**Hermenêutica Constitucional - A Sociedade Aberta dos Intérpretés da Constituição**
Trad. de Gilmar Ferreira Mendes

L. A. Heck (Atual Prof. da UNISINOS - RS)
**O Tribunal Constitucional Federal e o Desenvolvimento dos Princípios Constitucionais**

Konrad Hesse (Prof. da Univers. de Freiburg, i. Br., Alemanha)
**A Força Normativa da Constituição** - Trad. de Gilmar Ferreira Mendes
**Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**
Trad. do Prof. Dr. Luís Afonso Heck

Hans Kelsen
**Teoria Geral das Normas** - Trad. do Prof. José Florentino Duarte

Hartmut Maurer (Prof. da Univers. de Ronstang - Alemanha)
**Elementos de Direito Administrativo Alemão**

F. Ribeiro (Prof. da Univers. Federal do Ceará)
**Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral**

ODIM BRANDÃO FERREIRA

ليالي

# LAIAALI

## A UNIVERSALIDADE DO PROBLEMA HERMENÊUTICO

Sergio Antonio Fabris Editor

*LAIAALI*

# A Universalidade do Problema Hermenêutico

Odim Brandão Ferreira
Procurador Regional da República em Brasília

# *LAIAALI*

## A Universalidade do Problema Hermenêutico

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre / 2001

SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR
Rua Miguel Couto, 745
CEP 90850-050
Caixa Postal 4001
CEP 90631-970
Fone: (51) 233-2681
Porto Alegre - RS

Ao *iman* Inocêncio Mártires Coelho

# Carta ao Editor

Estimado Fabris,

a memória costuma trair-nos; mas nem sempre. Ao longo do curso de hermenêutica constitucional ministrado pelo Prof. Inocêncio Mártires Coelho em 1997, intuí a semelhança entre a temática ali discutida e a de certo livro português antigo que havia lido. Malgrado os assuntos do curso e da obra mencionada divergissem à primeira vista, suspeitei terem ambos uma única raiz. À medida do avanço do curso, aquele então remoto paralelismo se me tornou de tal modo imperativo, que não resisti aos impulsos de registrá-lo por escrito e, afinal, transformá-lo em monografia, ao menos em aparência, bem recebida pelo aludido Professor. Alucinadamente, quem sabe, ainda creio haver conexões evidentes entre, de um lado, o cartapácio português dedicado ao registro de polêmica muçulmana medieval e, de outro, as aulas sobre a universalidade do problema hermenêutico, as súmulas vinculantes, a composição dos tribunais constitucionais, o interesse público, o argumento de autoridade, a inconstitucionalidade sem nulidade de leis etc.. Na suposição, talvez vã, de que o trabalho ainda tenha algo a dizer à contemporaneidade, capitulo na última batalha

com minhas desconfianças acadêmicas: submeto ao caro amigo o escrito anexo, na esperança de vê-lo publicado pela sua Editora. Os muitos erros do escrito devem ser-me creditados todos; eventuais acertos revelarão o estímulo e a ajuda inestimáveis de Magnolia Silva da Gama e Souza e Alexandre Camanho de Assis, a quem sou muito grato. Caso interesse, deixo meu endereço eletrônico: odimf@prr1.mpf.gov.br.

Um cordial abraço,

Brasília, 14 de fevereiro de 2001.

*Odim*



*"No hay cosa que no esté como perdida entre infatigables espejos. Nada puede ocurrir una sola vez, nada es preciosamente precario"* - Jorge Luis Borges[1].

*"Le principe du fanatisme est caché [...] au fond du cœur de tous les hommes, et rien ne le développe aussi rapidement que les hérésies, les sectes et les disputes de religion [...]. Ces hérésies, si funestes à la religion et aux societés civiles, ont leur source dans des imperfections ou dans des passions attachés à la nature humaine; e chaque siècle renferme en quelque sorte le germe de toutes les hérésies et de toutes les erreurs. L'effort que l'esprit humain fait sans cesse pour étendre ses conaissances et pour augmenter son bonheur, développe continuellement ces germes et fait naître quelque erreur nouvelle, ou reproduit les anciennes sous mille formes différentes"* - Abade Pluquet[2].

---

1 - El Inmortal. *El Aleph.* 1. ed. (26. reimpressão), Madrid : Alianza/Emecé, 1994, p. 23.

2 - Introdução do *Dictionnaire des Hérésies des Erreurs et des Schismes, ou Mémoires pour servir à la Histoire des Égarements de l'Esprit Humain par Rapport à la Religion Chrétienne.* Paris : Migne, 1863, vol. 1, p. 27.

O Rio de Janeiro oferece descanso paradoxal a quem nele passe o carnaval e uns poucos dias que o antecedem. Nem mesmo as hordas de turistas conseguem ocupar os espaços abandonados pelos nativos em fuga. A cidade é sábia ao ponto superlativo: ela deixa em paz o visitante desinteressado nas efêmeras ilhas de confusão oficialmente estimulada. Decidi não desperdiçar a facilidade momentânea e voltei ao Rio. Tentado pela lógica absurda de evitar o carnaval no seu feudo, fui rever o centro da cidade na véspera do feriado e, pelo fim da tarde, entrei no Real Gabinete Português de Leitura. O acaso conduziu-me ao incunábulo mourisco de tombo 341.1965L 359.

O anônimo autor do livro português declara-se resignado a traduzir a matriz árabe, na qual se narra polêmica entre doutos. Ao que tudo indica, algum acidente permitiu a conservação do original na Península Ibérica depois de a cruz ter retomado ao crescente a cimeira das fortificações. Que outro motivo – senão o azar – explicaria terem os mouros deixado aos cristãos a prova de a dissensão também ocorrer entre eles?

As dificuldades oferecidas pelo texto em razão da distância cultural, geográfica e cronológica são vencíveis,



graças à existência de várias anotações, algumas anônimas e outras tantas de autoria inequívoca[3].

Reproduzo abaixo o que me recordo do livro do Real Gabinete Português de Leitura:

Malgrado ainda fosse noite, o califa Abu-al 'Abbas 'Abd Allah al-Ma'mun[4] já estava entre as ameias da "Cidade Redonda", o centro fortificado de Bagdá, a mapear de memória o arco oriental da sua urbe: na

---

3 - Entre as últimas, contam-se as glosas do humanista e professor de direito Wolfgang Fikentscher, a quem se deve o *De methodo quantum ad leges pertinet disputata* (de título alternativo *De methodo sub specie legum demonstrata*, todavia, mais citado na forma teutônica *Methoden des Rechts: in vergleichender Darstellung*). Identificam-se também as anotações do Barão Boris Nolde e de Pierre Arminjon, que dividem a paternidade do *Traité de Droit Comparé*. O português João Silva de Sousa muito colaborou com observações, provavelmente desdobradas depois para compor *Religião e Direito no Alcorão*. Nenhum dos glosadores estrangeiros lançou pista capaz de explicar sua intervenção: nada se diz sobre viagem deles à península; do texto à Alemanha e França; de todos os três ao Brasil etc. Já a participação do lusitano não demanda muita criatividade do leitor. A fase interposta entre a captura do documento pelos cristãos e sua chegada em forma de livro ao Brasil parece a mais tranqüila nesta linha de conjecturas: a tradução impressa da narrativa árabe cruzou o Atlântico com a família real portuguesa, acossada pelo invasor francês. Ao contrário da difamação hoje corrente, a burocracia portuguesa era organizada: a pesquisa histórica registra o carregamento cuidadoso de várias naus com papéis de interesse da Coroa. Há relatos históricos sobre a luta dos funcionários d'el Rey contra o tempo para embarcar arquivos, quando as tropas napoleônicas já se encontravam nos arredores de Lisboa.

4 - Até hoje, lembrado como Al-Ma'mun.

direção da Estrela Polar, a primeira das três pontes sobre o Tigre, que, ao leste, foi comparado séculos depois por Ibn Jubayr a um "*espelho polido em sua moldura ou a um colar de pérolas entre dois seios*"[5]; à sua margem, o bairro dos médicos com seu célebre hospital e, enfim, no sul entre canais perpendiculares ao rio, as incontáveis livrarias, seu destino predileto. O soberano não buscava nada; tampouco esperava por alguém. Mas, quando distinguiu no céu sobre a "Cidade do Paraíso" as primeiras e mais suaves cores do dia prestes a se iniciar, esboçou um sorriso, logo seguido pelos sentimentos de plenitude e felicidade. Impossível não repassar em silêncio a penúltima *sura*[6] do Livro Sagrado. Com auxílio dela, repetidas vezes no curso revolto daquela noite cujos vestígios ainda percebia à sua volta, ele mesmo se entregara à vontade de Deus:

"*Refugio-me no Senhor da Alvorada*
*Do mal das criaturas que Ele criou*
*Da malícia da tenebrosa noite quando se estende*
*Da malícia das feiticeiras sopradoras de laços*
*E da malícia do invejoso quando inveja*".

Se alguém pudesse notar o contentamento discreto do soberano, diria que aquele amanhecer, algo além do

5 - Relation de voyages, *in: Voyageurs árabes*. Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, p. 243.
6 - Equivalente do capítulo bíblico.



segundo século da Hégira[7], nada tinha de especial, exceto a beleza lastimavelmente banalizada de todas alvoradas prenunciadoras de um dia de sol. A satisfação mística do imperador da terça parte do mundo antigo durou um átimo. Momentos depois de haver contemplado os sinais coloridos do novo dia, os cantos dos almuádens já ecoavam do alto dos minaretes a lembrar os fiéis da capital do império abássida: "*Deus é grande; não há outro Deus senão Deus e Maomé é o seu Profeta. Venham orar*"! Longe de o incomodar, por romperem o silêncio que tudo envolvia, aquelas vozes recitativas reproduziam, agora em escala humana, o testemunho que o amanhecer lhe dera. O alento de fé viajando pelo ar naquelas palavras aumentava a satisfação experimentada com o começo do dia. Uma vez mais, aí estava a marcha do mundo a proclamar a correção do revelado pelo misericordiosíssimo Senhor da alvorada; de novo, seus seguidores reuniam-se para louvar essa verdade. O califa ansiava por se associar aos demais nas orações e foi à mesquita. De lá, tornou ao palácio para outro dia repleto de audiências. Notou que a paciência no aturar os rituais do mando não passava de ganho acidental da sua crença, reconfirmada – ainda que nunca posta em dúvida – pelos dois acontecimentos de aparência quotidiana daquele alvorecer. A dádiva preciosa consistia na serenidade

7 - Migração - agora de Maomé - entre as cidades de Meca para Yathrib (depois Medina), datada em 622 d. C., segundo os padrões cristãos.

indispensável à meditação sobre os pesadelos vivenciados durante a noite.

Apenas revisitar aqueles sonhos bastava para se assenhorar do seu óbvio significado alegórico. Impossível continuar o jogo de gato e rato com seus próprios pensamentos. Até então, o califa procurara esquivar-se dos sonhos, inclusive com o artifício de aguardar o dia no alto das muralhas, para não se render, agora bem lúcido, àquilo que já intuíra a cada despertar entre pesadelos. No primeiro deles, avistou mesquita erguida nas proximidades de montanhas áridas. Estava ocupada por bom número de fiéis que, a certa distância, pareciam rezar juntos. Ao aproximar-se, constatou o contrário: cada crente recitava um trecho do livro sagrado diverso do lido pelos demais. Não suportando a quebra da unidade entre irmãos na fé, acordou. Tão logo recobrou o sono, o califa viu-se de volta ao mesmo templo, em galeria de destino inédito: chegou a outro santuário, quando se sabe existir um só em cada mesquita. Nesta sala, a desordem aumentara. Os fiéis já não podiam cumprir preceito capital da fé muçulmana, pois faltava ao prédio religioso seu dado essencial, o *mihrab*. Obra de arquiteto inepto ou tresloucado, a mesquita carecia desse nicho na parede a apontar a *'qibla* – a direção de Meca. Assim, como poderiam os crentes orar? Todos no interior do templo, em desolação circular, buscavam a orientação negligenciada. Novo acordar arfante; retorno temeroso ao sono. O sonhador volta à alucinada mesquita, agora abandonada, suja e despovoada. Em busca de explicação



para aquele estado de coisas, sobe no *minbar*, o simplificado homólogo árabe do altar. Sobre o púlpito pétreo, o Corão transmite a tranqüilidade de que algo remanesce onde deve estar. Ele abre o livro ao acaso, mas uma rajada de vento do ancestral deserto desagregador espalha todas as folhas pelo pátio e além dele. Doravante, não mais ousa dormir; encaminha-se para o alto da fortaleza à cata de distração.

Duas idéias agravavam a evidente mensagem onírica de dispersão do povo, cuja condução lhe cabia na qualidade de sucessor temporal do Profeta. Ainda ouvia o alerta de sua mãe, que, por ter sido escrava persa, bem conhecia os males deste mundo: "*um bom governante sente em si mesmo a pulsação dos seus domínios*". Ademais, a queda dos omíadas preocupava um dos iniciadores da dinastia abássida, munida de planos de eternidade já na Terra.

Os sonhos e tais recordações permitiram-lhe, semanas depois, receber com naturalidade informações capazes de apavorar qualquer soberano: violentos distúrbios de fundo religioso importunavam partes extensas do império. A serenidade do califa ao receber tais notícias tampouco espantou seus vizires. Al-Ma'mun era sábio dotado de critérios muito particulares para enfrentar a vida. Há pouco, não havia ele derrotado o imperador bizantino Miguel II e imposto, como única condição para a paz, a possibilidade de traduzir todos os livros de filosofia encontráveis na Grécia e ainda não vertidos para

o árabe? Assim, mal chegaram as confirmações do antevisto pelo soberano, pôde ele anunciar a solução para o impasse: se as ruas testemunhavam arruaças causadas pela interpretação da fé, então melhor seria reunir os representantes mais ilustrados dos quatro ritos sunitas para decidir aquelas imitações violentas e grotescas de polêmicas religiosas. Afinal de contas, Maomé não disse que "*a ignorância é má cavalgadura, que torna ridículo quem a monta e o que a conduz*"? Esse o caminho a seguir, antes que nova dinastia se apresentasse como necessária. Os estudiosos vindos de vários cantos do império precisariam de tempo para chegar à Cidade da Paz[8], de modo que antes do mês de *Rabi-ul-ájar*[9] não se poderia fazer muita coisa. Talvez ainda fosse possível convocar os sábios mais respeitados pelo soberano, que há tempos se aventuravam com caravanas no fim da Rota da Seda no intuito de se isolar de tudo e meditar. Entregar-se à vontade de Deus fora da proteção das cidades muçulmanas, ocupando-se do ofício exercido por Maomé durante muitos anos, poderia ajudar a compreender melhor a mensagem do Primeiro transmitida, pelo Segundo. Os viajantes mencionados eram sábios e não energúmenos a interpretar ao pé da letra a frase de Maomé: "*busqueis a ciência ainda que deveis ir à China para encontrá-la*". Mas, essa era a desculpa literal e prática dada aos incapazes de compreender os

8 - Epíteto de Bagdá.
9 - Literalmente, "*início da primavera*".



propósitos contemplativos da jornada. Um convite com as linhas gerais dos trabalhos a serem desenvolvidos em Bagdá poderia funcionar como isca ideal para atraí-los.

No começo da primavera, os representantes dos quatro ritos ortodoxos[10] chegaram a Bagdá para discutir os problemas da fé que desafiavam a unidade do califado e da religião. Travou-se, uma vez mais, a disputa teórica entre várias correntes do pensamento árabe concernentes à *Chari'a*. O embate a convulsionar boa parte do império versava sobre o que compõe a *Chari'a* e como suas diversas partes se articulam. *Chari'a* ou "*Caminho para a nascente d'água*" designa toda a revelação, de modo a abranger aquilo em que se deve crer e o que se deve fazer: mais precisamente, o conjunto de prescrições religiosas e jurídicas formado pelo Corão; pela *Sunna* – tradições acerca dos atos e palavras do Profeta, que funcionam como exemplos para os crentes –; pelo *Igma* – o consenso dos doutos - e pelas *Qyas* – a analogia e o raciocínio a contrário senso.

O calor inesperado daquela primavera não recomendava reuniões diurnas. Os debates ocorreriam durante as noites, contariam com a participação do próprio Al-Ma'mun e se

10 - Hanifitas, hanbalitas, maliquitas e chafiitas.

realizariam na "Casa do Saber"[11], construída por sua iniciativa. Na primeira sessão noturna, Al-Ma'mun recebeu de volta o oficial que enviara à Rota da Seda em busca dos sábios retirados. Depois dos elogios à rapidez no cumprimento da missão, a audiência rumou para os fatos da jornada. O califa não desperdiçou a oportunidade de aprender; quis pormenores. O oficial narrou ao soberano e aos representantes dos quatro ritos reunidos na Casa do Saber: na pista indicada por mercadores, em vão procurei os sábios na cidade de Hami, situada no deserto. Hami emerge da areia como uma ilha verde, onde se produzem ótimos melões, graças a complexo sistema de canais subterrâneos que transporta água desde a dinastia Han, há mil e duzentos anos. Tampouco obtive sucesso em Turpan, à semelhança da precedente nascida de engenhoso labirinto de canais hidráulicos enterrados. O calor daquele lugar é amenizado porque acima das ruas se plantaram videiras, que fazem sombra, embelezam a cidade e geram frutos excelentes. Então, aventurei-me pelo "*local sem água*", *gobi*, na língua dos moradores daquelas partes; dirigi-me até região além do "*Portão dos Demônios*", na perspectiva dos chineses, ou aquém dele, em nosso modo de ver as coisas. O nome do lugar origina-se no pavor dos infiéis ao deserto, que começa nesse marco, mero produto da imaginação mandarim. Muitos chineses falam de "*lagos impenetráveis entre*

11 - *Bayt-al-Hikmah*: edifício onde se reuniam os sábios - na maioria, sírios - com o objetivo de traduzir as obras mais importantes da cultura helênica.



*dunas*", "*rios cortando as areias do deserto*", "*colinas de areia com vozes trovejantes*" e "*porções de água vistas claramente, mas que somem de repente*". Não conhecem, não entendem e não amam o deserto. O aproximador Deus quis que me deparasse com os destinatários da mensagem real no deserto. Ao menos quando os encontrei, os sábios integravam a comitiva de Abdul Kassem Ismael, grão-vizir da Pérsia. Tal como Vossa Alteza, é um amante de livros; para deles nunca se separar, mesmo em viagens, o grão-vizir possui caravana com quatrocentos camelos treinados para andar em ordem alfabética e, assim, transportar os cento e dezessete mil volumes da sua biblioteca. Em decorrência desse amável convite, os sábios abdicaram dos inconvenientes das cidades, sem abrir mão dos livros mesmo nos locais mais inóspitos. Tendo dito isso, o oficial entregou a Al-Ma'mun a seguinte correspondência, assinada pelos sábios em viagem pela Rota da Seda:

"Saudações em nome do indulgentíssimo Deus e do seu Profeta!

Perdão pela nossa ausência física. Na idade e distância de casa em que nos achamos, somente estaríamos de volta à Cidade do Paraíso muito depois de finda a discussão para a qual imerecidamente convidados. Cavaleiros jovens e caravanas ávidas por transmutar seda em ouro vencerão em pouco tempo os caminhos consumidos com dificuldade durante anos pelo grupo de velhos alquebrados e doentes que vos escreve. Por impossibilidade absoluta, desres-

peitaremos a ordem de locomoção; cumpriremos seu espírito por meio de tinta e papel - essa genial invenção chinesa -, na esperança de que exprimam idéias de interesse do seu destinatário.

Desta feita, preferimos indagar a responder: por que os representantes dos quatro ritos se julgam os únicos autorizados a decidir questões tão graves como as suscitadas no concílio convocado? Por que não admitir outros modos de pensar, se nem todos os muçulmanos contentam-se com as opções até aqui representadas? Sentimo-nos à vontade para formular tais indagações, pois cada um de nós abraçou a doutrina exposta por um *mudjtahed*[12] ou, em outras palavras, nenhum de nós cultiva secretamente a veleidade de se transformar num quinto *iman*[13]. O mundo já possui mais guias do que pode suportar. Ouvir com atenção e respeito até os xiitas[14] demonstraria espírito elevado. Por fim, mesmo a colaboração estrangeira - desde que não ofensiva à fé -

---

12 - Fundador de uma das quatro doutrinas sunitas ou ortodoxas: chafiitas, maliquitas, hanbalitas e hanifitas.

13 - Literalmente, guia ou chefe. Expressão sinônima da explicada na nota anterior, isto é, designação honorífica dada aos quatro instituidores dos ritos aludidos. Por extensão, chamam-se assim, hoje, os doutos.

14 - Membros das seitas opostas aos quatro ritos sunitas. Para os xiitas, Ali era o sucessor legítimo de Maomé; para os sunitas, seria Abu-Bekr, prolongado nos omíadas e abássidas.



deveria merecer acolhida. Grande parte do Corão não se ocupa com tradições herdadas? Se essa fosse a vontade de Deus, ninguém se lhe poderia opor".

Logo se vê que os sábios em auto-exílio possuíam a consciência traduzida em poesia por Abenjaldun ibn Khaldun séculos depois: "*nas repúblicas fundadas por nômades, é indispensável o concurso de forasteiros para tudo o que seja alvenaria*"[15]. O mesmo não se pode dizer de três quartos dos grupos de representantes reunidos na Casa do Saber. Entre instalação dos trabalhos, boas-vindas, saudações recíprocas, audiência do oficial e leitura da carta dos velhos sábios, escoou-se toda a areia da maior e mais avara ampulheta da sala. Alertado para isso, o califa entendeu conveniente suspender os trabalhos até a noite seguinte; ademais, os presentes ainda haveriam de fazer as preces noturnas.

A leitura da carta na primeira sessão trouxe de volta à noite o calor incomum registrado naqueles dias de primavera. Al-Ma'mun contava com isso para saltar a etapa de marasmo ritualístico, inerente ao começo das discussões entre doutos. Não surpreendeu o fato de os discípulos de Malik-ibn-Anas terem tomado a dianteira na tese exclusivista, logo no início do segundo encontro. Os maliquitas já exibiam vocação para jurisconsultos oficiais com domínio inclusive sobre a fé, tal como depois

---

15 - Conhecido no ocidente por Abenjaldun ou Abencajan.

aconteceu sob os almorávidas, quando patrocinaram escolástica inflexível. Do seu arsenal ainda em formação, retiraram duas armas de emprego conjugado, para afastar a intervenção de xiitas e estrangeiros no debate. Desenvolveram raciocínio ilustrado pela história e finalidade da vida de Mafoma. Todo o esforço do Profeta teria sido empreendido na substituição dos laços de sangue, dominantes na península arábica, por vínculo mais elevado, baseado na fé. Ele ditou mensagem clara de unidade dos povos árabes, estendida posteriormente a todos que se curvaram à verdade divina. Se os atos do Patriarca ao longo da vida revelam o ideal da unidade do povo, jamais se poderia franquear a palavra aos divergentes, porque isso aumentaria a discórdia na fraternidade do Corão. O resultado do diálogo deve consolidar a união mais ou menos estável entre os quatro ritos. O ideal mesmo seria entregar, de uma vez por todas, a vitória a uma das correntes sunitas... - De preferência, aos maliquitas, ironizou incógnita voz jovem no fundo do recinto, ... e banir todas as demais para sempre, prosseguiu o velho irritado. As divergências entre os ortodoxos constituíam perigo suficiente, a dispensar o risco adicional da intervenção dos xiitas. Aliás, a admissão dos partidários de Ali à discussão atentaria contra o princípio do *al-masalih al-mursula*, isto é, o interesse público, ao qual mesmo o sentimento pessoal de justiça - *Ra'y* - dos sábios sedosos deveria ajustar-se. De fato, se os xiitas não reconhecem os abássidas como legítimos herdeiros do Profeta, convocá-los ofenderia o interesse público de ordem e segurança no



império. Os súditos poderiam achar-se no direito de questionar a autoridade do governo e tudo ruiria. Nessa altura da exposição dos argumentos restritivos, Al-Ma'mun espantou-se em silêncio com as inferências feitas a partir do evanescente interesse público: como o debate educado de idéias, sobretudo conduzido reservadamente, poderia abalar a paz social? A ameaça partia da violência cometida pelos incultos nos espaços públicos. O califa sorriu, ao pensar na quantidade de pessoas a ver mais perigos para o trono do que ele mesmo sequer podia imaginar. Quase todas pareciam sofrer da tendência a transformar inimigos particulares em ameaças públicas. Quando o soberano deu por si, o maliquita já havia passado ao último tópico de sua impugnação à carta: qualificou de apóstata a sugestão de admitir alguma idéia estrangeira como solução das questões suscitadas pela *Chari'a*[16].

A repulsa aos estrangeiros foi logo secundada pelos hanbalitas, sempre reticentes quanto às conclusões apoiadas no *al-masalih al-mursula*. A desconfiança de toda *bid'a* ou inovação e a tese da eternidade do Corão, oposta portanto à instituição do califado, recomendavam silêncio momentâneo sobre o interesse público, novidade

---

16 - *Chari'a* ou "*Caminho para a nascente d'água*" é a inteireza da revelação: o Corão; *Sunna* (tradições acerca dos atos e palavras do Profeta, que funcionam como exemplos para os crentes); o *Igma* (o consenso dos doutos) e as *Qyas* (a analogia e o raciocínio a contrário senso).

maliquita. Ainda ardia na memória daqueles sábios o sucedido ao seu *iman*: rebelde às inovações na fé ditadas pela oficialidade, Ahmad ibn Hanbal foi preso e torturado, tendo recobrado a liberdade apenas para viver seus últimos anos em retiro. No entanto, a ortodoxia de Hanbal impunha a intervenção dos seus discípulos em apoio aos maliquitas, no rechaço aos estrangeiros. Um dos discípulos de Hanbal mostrou porque o mestre detinha a fama de conhecer de cor um milhão de palavras do Corão. Sem titubear, recitou os seguintes versículos da Sura dos Tropéis[17]: "*por acaso, aquele a quem Deus abriu o coração ao Islã e está na luz do seu Senhor será igual àquele a quem sigilou seu coração? Ai daqueles cujos corações estejam empedernidos para a lembrança de Deus! Estes estão em erro profundo! Deus revelou a mais bela Mensagem: um Livro homogêneo, em estilo e eloqüência, cujos versículos são reiterativos. [...]. Tal é o guia de Deus com o qual encaminha a quem Lhe agrada. Ao contrário, aquele a quem Deus desvia jamais terá condutor algum*". Se os estrangeiros não se abriram à mensagem de Deus, por que admiti-los aqui? Al-Ma'mun notou já ser tarde e encerrou a noite de debates; relegou para a sessão seguinte a audiência dos dois outros grupos sobre a participação de mais alguém nas reuniões.

Tão logo aberta a reunião subseqüente, os seguidores de Abu 'Abd Allah Muhammad ibn Idris Chafi'i pediram

17 - Versículos 22 e 23.



a palavra para ponderar sobre a utilidade de convocar os xiitas e os estrangeiros para o embate. A posição chafiita era de relativo conforto na matéria, até mesmo por motivo histórico. As inovações da doutrina e as muitas contribuições ecléticas de Chafi'i não apagavam o fato de haver ele acompanhado as lições de Malik em Medina, antes de se estabelecer no Egito. Malgrado rejeitassem a necessidade de adaptar a tradição ao interesse público, os chafiitas estavam de acordo em restringir a discussão ao âmbito dos crentes: nada de estrangeiros. O consenso entre a comunidade islâmica deveria solucionar-lhe os problemas, pois os muçulmanos em conjunto dificilmente errariam. Tampouco seria o caso de ouvir os xiitas, porque eles negavam à *Sunna*[18] a qualidade de fonte de conhecimento da religião e do direito. Isso implicaria rejeitar uma das mais importantes contribuições de Chafi'i: a de assegurar aos ditos e atos do Profeta a dignidade de critério de ação dos fiéis. Todo o esforço do *iman* em livrar a fé do sentimento pessoal dos intérpretes pelo estabelecimento de pautas seguras de conduta, mesmo nas lacunas do Corão, seria descartada. Repudiar a *Sunna* equivaleria a trocar o certo, contido no melhor exemplo - os passos de Maomé -, pela vontade caprichosa de cada juiz, a estabelecer o justo e o injusto.

18 - Caminho do Profeta: conjunto das tradições acerca dos atos e palavras do Profeta em vida, que deve funcionar como exemplo para os crentes.

Chegou, então, o momento de os adeptos do rito islâmico mais antigo fazerem uso da palavra. Permitiram-se, de início, recapitular dado da vida de Noman ibn Tabit, cognominado de Abu Hanifah: a humildade o impediu de escrever seus ensinamentos; dele restaram as lições guardadas em nossos corações. Eis aí prova de modéstia e tolerância em relação a todos os seres humanos. Não buscar impor-se. Esse o caminho no qual os hanifitas querem prosseguir, se esta for a vontade do agraciador Deus! Como de costume, os maliquitas mostraram o valor do seu pensamento, ao deduzirem a exclusão dos xiitas a partir de atos datados e do sentido geral da vida do Profeta. Não se duvida ter ele visado a divulgar a mensagem de Deus e unir os fiéis a quem ela se revelou. Só tolos questionariam o empenho do Profeta na persecução de ambos desígnios. Sucede que esse é apenas um dentre vários modos possíveis de interpretar o texto sagrado e a biografia do Predileto. A finalidade do Corão e a história do fundador do Islã têm muito mais a dizer, embora reconheçamos que só dispomos, à semelhança dos demais, de argumentos para demonstrá-lo. Analista honesto do problema admitirá: todos colocamos no texto e na vida de alguém o sentido que neles vemos, pois nenhum deles nos oferece resposta em viva voz. Pois bem, diversos são os meios de se obter a unidade dos convertidos. Do ponto de vista histórico, a *hadith* ou tradição ensina que a palavra é o método para alcançar a união referida; ao menos, entre as pessoas prontas para aceitar a verdade. Ainda pobre condutor de caravanas, o Profeta não principiou sua obra munido só com a força



da palavra? De início, junto aos próximos; depois, fez-se ouvir até pelos poderosos de Meca. A *djihâd* - guerra santa - pode vir a ser o último meio para levar a religião aos lugares dominados pelos incréus. Jamais será o recurso contra quem já se dobrou à vontade divina e se limita a divergir em pormenores, como os xiitas. A escolha do sucessor temporal de Maomé e suas repercussões no califado têm relevância mundana; não assim perante o sempiterno Deus. A unidade almejada pelo Profeta deve ser obtida com o esforço de concórdia entre os seguidores dos seus passos; não pela imposição de uma única opinião com o desprezo das demais. A lição deixada pelo Profeta não se presta ao reducionismo de uma facção, por mais instruída que seja. A melhor prova disso é o reconhecimento recíproco entre chafiitas, hanbalitas, hanifitas e maliquitas. Cada um de nós, os sunitas, admite a qualidade dos três demais, quando os eleva à qualidade de interlocutores. Quanto mais ampla a discussão, melhor. Bom mesmo seria admitir a este cenário não apenas os doutos sunitas, mas também os xiitas e, por fim, aqueles que carecem de qualificação intelectual. Afinal, todos entregam-se ao mesmo e único Deus. Ideal, portanto, seria convidar cada fiel para dizer algo sobre a fé. Já não basta estar ele limitado à escolha de uma das nossas quatro escolas, pois *zinqid*[19] será declarado quem ousar fundar um novo rito? Além de se

19 - Textualmente, os que se opõem à fé revelada; designa os adeptos das seitas heterodoxas.

filiar a uma das seitas, estarão eles agora impedidos até de avançar no pensamento por elas iniciado? Como não há condições materiais para reunir toda a fraternidade da fé, toleramos o imperfeito envio de representantes do pensamento de cada uma delas. No entanto, já teremos falhado no início de nossa tarefa se, mesmo por acidente, excluirmos alguma opinião significativa do debate. A proposta defendida pela maioria dos presentes mostra-se pior do que o erro involuntário, pois deliberadamente nega voz a quem possui algo a dizer. Talvez, de capital importância. Só o saberemos, se o ouvirmos. Não nos atrevemos a nos comparar ao indulgentíssimo Deus. Apenas humildemente tentamos não errar quando sabemos que nossas ações portam a marca pesarosa do engano. Se, por definição, todos os muçulmanos entregaram-se à vontade do congregador Deus, por que somente parte deles deve estar aqui representada? Aliás, estas reuniões legitimam-se como discussões teóricas sobre temas da fé islâmica e mais nada. Jamais como fundamento para impor um rito. Agora, tratemos dos estrangeiros, vistos com rancor por muitos deste recinto. O hanifita tomou o Corão, leu e comentou trechos dos versículos 44 e segs. da Sura Quinta ou da Mesa Servida: "*por certo que revelamos a Bíblia, que encerra direção e luz*", padrão pelo qual os judeus devem julgar, pois "*aqueles que não julgam segundo o que Deus lhes revelou serão iníquos*". Logo a seguir, recordou os versículos 46 e segs.: "*e depois de outros profetas, enviamos Jesus, filho de Maria, confirmando a Bíblia que o precedeu e lhe concedemos o Evangelho, que encerra direção e luz [...] e*



*é guia e exortação para os timoratos. Que os adeptos do Evangelho julguem conforme ao que Deus revelou nele, mas aqueles que não julgarem conforme ao que Deus revelou serão depravados*". Portanto, se alguma lição podemos tirar do Corão, ela aponta para a tolerância do Islã. Devemos pautar-nos pelo revelado por Deus ao nosso povo. Isso não significa vedar o uso de ensinamentos alheios para esclarecer melhor nossos problemas. Apenas usaremos o critério que nos foi mostrado com o auxílio dos demais, até para revelar os pontos de discordância. O Profeta disse certa feita: "*receba a sabedoria sem se preocupar com o recipiente que a contém*". Até a diversidade de povos, como de resto tudo existente no universo, decorre da vontade do zeloso Deus. E o sábio tornou ao livro sagrado. Mesma sura, versículo 48, para os interessados em acompanhar no texto: "*a cada qual de vós, ditamos uma lei e uma norma; mas se Deus tivesse querido, teria feito de vós uma só nação*". Portanto, eventual colaboração estrangeira, tal como se vê em partes do Corão, não deve ser descartada. No fundo, o destino de cada pessoa se determina pelos seus atos, não pelo selo que leva. Gritos de protesto contra a última afirmação inundaram a sala. De todos os lados vinha a mesma objeção: a fé possui valor fundamental. Óbvio que sim, concedeu o hanifita. Mas o versículo 69 da sura mencionada pede silêncio e exige reflexão de todos: "*por certo que os crentes, os judeus, os sabelianos e os cristãos que crêem em Deus, no dia do juízo final e praticam o bem não serão presas do temor nem se atribularão*". Logo, podemos aprender

com os estrangeiros, se seguirmos o quanto nos foi revelado e - igualmente importante - praticarmos o bem. Enquanto fechava o livro sagrado, o velho aluno de Abu Hanifah disse aos três grupos oponentes: não se atormentem. Por sermos o rito mais antigo, tivemos a felicidade de haver lido e meditado sobre o Corão durante mais tempo. Nada mais. Contente como criança, Al-Ma'mun encerrou a reunião e prometeu para a próxima noite resposta para as pendências acerca do método da discussão.

Ao longo dos dias entre as sessões noturnas, cada rito reunia seus adeptos para desenvolver estudos da fé, elaborar estratégias, discutir pontos difíceis, preparar respostas aos argumentos dos demais. Na tarde seguinte à discussão rememorada, os hanifitas encontraram-se no observatório astronômico, também construído por ordem de Al-Ma'mun. Algum deles ponderou que o califa não havia compreendido com exatidão a mensagem hanifita, pois prometera decisão sobre quem participaria da polêmica. O representante que atuou naquela reunião em nome do *iman* Abu Hanifah concordou com o colega. De fato, a convocação de sábios para o exame dos problemas do império contradizia em parte a deliberação do soberano de se reservar a palavra final. Há diferença muito grande entre convidar doutos para esclarecer decisão própria com a ciência alheia e confiar a resposta às questões graves da vida coletiva a pessoas com os mais diversos pensamentos, retendo para si apenas um voto entre muitos ou nem sequer isso. Não falta quem diga ter



o Profeta adotado o voto como modo de exercitar o poder na comunidade islâmica. Segundo alguns, ele se inspirou no modelo das tribos nômades da Arábia, onde o mando se distribui com igualdade entre os membros do clã, para definir sua conduta e a de seus sucessores temporais, os califas. À pluralidade na representação das idéias deve corresponder a diversidade de pessoas dotadas de poder decisório, sob pena de se esterilizarem os bons e justos argumentos como pregações no deserto. Estar na sala onde se discute sem poder participar da decisão é pior do que a ela nem comparecer. Quem polemiza, mas está impedido de votar, legitima o domínio iníquo: dá-lhe a aparência de ser fundado no sentimento de toda a fraternidade da fé, encobrindo a decisão solitária de quem só satisfaz sua própria vontade. Ampliamos o espectro do pensamento das pessoas encarregadas da última palavra entre nós ou corremos o risco de involuntariamente participar de farsa. Pluralidade de idéias na discussão não basta; é preciso também haver pluralidade na decisão. Horas haviam se passado e nenhum dos hanifitas percebeu o fim da tarde, até os almuádens de Bagdá conclamarem: "*Deus é grande; não há outro Deus senão Deus e Maomé é o seu Profeta. Venham orar*"!

Quando abertos os debates daquela noite, o soberano confirmou as apreensões da minoria hanifita. Sem mais, anunciou a decisão sobre as duas sugestões formuladas pelos sábios da Rota da Seda. O califa esclareceu ter ficado impressionado com o argumento inegável de serem os xiitas irmãos na fé e, portanto, merecerem ser ouvidos,

ao menos em respeito ao fato de eles também temerem o Deus único. Entre xiitas e sunitas há consenso no fundamental e divergências no acidental. Portanto, o convite seria feito. Em contrapartida, a *istiçlâh*[20] dos maliquitas igualmente calara fundo na alma do soberano, em relação ao tema dos estrangeiros. Se o califado vive em guerra perene com os infiéis, não faz sentido trazê-los para a capital do mundo muçulmano e expor-lhes nossas dissensões. Os inimigos dispõem de muitos incentivos para nos dar combate; não devem ter essa arma adicional. O interesse público em evidenciar a união de nossas fileiras fala mais alto. Da mesma forma, existe sempre o risco de recebermos, na Cidade da Paz, espiões disfarçados de polemistas autorizados da cristandade ou de outros credos. Logo, não contaremos com nenhum estrangeiro em carne e osso a discutir conosco nessas noites. Isso não significa a impermeabilidade da discussão ao que houver de bom fora dos nossos domínios. Teses apoiadas em pontos de vista desenvolvidos no exterior, se compatíveis com a revelação divina, podem ser utilizadas pelos fiéis nas discussões. A propósito, o prédio onde nos reunimos, a Casa do Saber, foi erguido exatamente para viabilizar o acesso à cultura dos demais povos. Nossos médicos, por exemplo, já se contam entre os melhores do mundo, graças ao aprendizado nas obras estrangeiras, conjugado com pesquisas próprias. À disposição de todos

20 - Princípio segundo o qual o al-masilah al-mursula (interesse público) deve prevalecer.



os estudiosos encontram-se as obras da Casa do Saber, agora enriquecida com o butim obtido do bizantino Miguel II, consistente nas traduções dos melhores autores helênicos encontráveis na Grécia. Os hanifitas respiraram um tanto aliviados. E seu líder pensou: os argumentos dos sábios da Rota da Seda e o discurso em seu apoio haviam surtido algum efeito, não o ideal, no espírito elevado de Al-Ma'mun. Mas o que teria ocorrido com os súditos de todo o império, caso um insensível - ignorante ou culto - estivesse à frente do califado? Nem reunião de sábios, nem solução bem refletida, mas intolerância imperial traduzida no envio de dinheiro para subornar ou tropas para sufocar os oponentes. Quem não se contentasse com a bolsa, muitas vezes parca, se dobraria às ponderações da cimitarra. De fato, a sobrevivência da comunidade e, por conseqüência, do próprio Islã não deveria depender das vicissitudes da arte combinatória do poder. Ainda assim, houve algum progresso. Reputando vencidas as questões preliminares à discussão, Al-Ma'mun explicava agora a necessidade de se fazer intervalo prolongado até novas sessões noturnas, de sorte a viabilizar o convite e a vinda dos xiitas. Já se podia, então, ver o fim próximo da reunião; porém, as coisas tomaram outro rumo. Os partidários de Ahmad ibn Hanbal pediram a palavra. Entendiam haver questão inédita que não deveria passar em branco. De novo, o transcurso acelerado da noite impediu o prosseguimento dos debates e a audiência dos hanbalitas, a quem desde já se garantia prioridade na palavra na próxima reunião.

Iniciados os trabalhos da noite seguinte, Al-Ma'mun convidou os hanbalitas a expressarem suas idéias: somos ditos conservadores, quanto ao modo pelo qual encaramos o Islã e suas práticas. Muitos afirmam patrocinarmos "rigorismo extremo e ortodoxia indomável"; outros atribuem-nos "hostilidade intransigente à razão humana". Tudo isso é verdade. Não nos envergonhamos desses traços do nosso rito; tais características animam-no. Sem elas, careceríamos de expressão própria. Pertenceríamos ainda à honrosa e sábia escola fundada pelo *iman* Chafi'i. O reprodutor Deus assim não dispôs. Ele preferiu reservar a discípulo do mestre citado, ao *iman* Hanbal, a tarefa de abrir caminho novo. Em reação respeitosa ao ponto de vista chafiita, levamos a sério a expressão "*raízes do direito*"[21] ou método jurídico. Nosso método é literalmente radical. Assim, antes de mais nada, cabe indagar da utilidade e sentido de discussões como as até aqui mantidas e as previstas para breve. O ponto de partida demonstra todo o equívoco. A razão é falível; o homem, imperfeito. Como, a partir dessa faculdade limitadíssima, ousaremos buscar respostas para os males do mundo? Se Islã significa "*entregar-se à vontade de Deus*", como pode um grupo de homens pretender influir no destino por meio do intelecto? Pode o consenso entre doutos – o *Igma*[22] –

21 - *Usul al fikh*: literalmente, raízes do direito.

22 - Consenso na comunidade islâmica. Tem variados componentes, funções metodológicas e amplitude, a depender da escola em causa.



tudo resolver? Sugerimos o contrário: confiar a vida de nossas nações ao determinado pelo Criador. Ele decide tudo com perfeição. De nada adiantaria decidirmos uma coisa, se Ele se inclinar por outra. O representante da escola hanbalita recitou o versículo 5 e segs. da Sura da Família de Imran: "*por certo que nada se oculta a Deus, tanto na terra como no céu. É Ele quem os configura nas entranhas, como Lhe agrada. Não há outro Deus senão Ele: poderoso, prudente!*". Renunciemos às pretensões vãs de organizar o mundo com a mente. Cumpramos os preceitos da fé, obedeçamos a Deus e entreguemo-nos aos Seus desígnios. Ele proverá o resto, como sempre fez e fará. O silêncio desceu sobre a sala. Al-Ma'mun viu-se na contingência de engendrar artifício para livrar a si e as três alas das considerações dos hanbalitas, que tinham consigo a força dos argumentos fundamentais expostos de modo simples. Não trabalharam com a rama do Corão, mas com as idéias centrais do livro sagrado; prescindiram de bizantinices. Seu rigor era absoluto. A surpresa com o caráter essencial e geral do tema abordado autorizava a suposição de que o cerco armado pela simplicidade brutal dos alunos de Ahmad ibn Hanbal não seria rompido, ainda que os opositores tivessem vindo à Casa do Saber em busca de peleja. Ao menos, não naquela noite. Na dúvida, Al-Ma'mun não arriscou. Alegou compromissos estatais inadiáveis a começarem muito cedo no dia seguinte, para justificar a impossibilidade de seqüência da discussão; data oportuna deveria ser fixada com o propósito de analisar o tema. Havia tempo livre antes da recepção dos representantes xiitas. A caminho da saída

pela qual ansiava só desaparecer, o soberano repetiu as escusas desconexas pelo término antecipado da reunião. Parte dos que se mantiveram no salão congratulou-se com os hanbalitas e confessou-se preocupada em não incorrer em erro clamoroso, ao tomar parte nos debates intelectuais à procura de algo somente alcançável por outra via.

Transcorridos muitos dias além do intervalo normal até ali verificado entre as sessões, os quatro ritos foram informados da reunião na qual enfrentariam a questão em suspenso: a razão poderia determinar o destino de um povo, cujo mandamento básico é o de crer em Deus e se entregar à vontade d'Ele, qualquer que seja ela? Não por acaso, os chafiitas, tidos por ecléticos, conduziriam a réplica aos hanbalitas. O representante escolhido pelos três ritos fustigados começou o discurso com retribuição à gentileza dos adversários. Hoje, não há mais sentido em se falar de mestre e aluno, quando se pensa *iman* Chafi'i e no *iman* Hanbal. Como os próprios títulos o demonstram, ambos merecem a mesma deferência. A questão formulada realmente tem importância vital, pois errar-lhe a resposta não se esgotará em equívoco quanto ao resultado de equação mal resolvida pelo professor diante de seus alunos, ambos, aliás, aqui inexistentes. Tampouco o eventual erro se reduzirá apenas ao ridículo do capitão que, por imperícia no manejo do astrolábio, aporta numa cidade, crendo haver navegado até outra. Se a concepção exposta no encontro anterior for a correta, não apenas estaremos à deriva, mas, pior, perpetraremos



transgressão grave do Islã, no suposto ingênuo de defendê-lo. Insisto no ponto aflitivo para todos nós: falhar nesta ou em outra reunião não significará simplesmente cometer engano científico, isto é, pensar que se acerta ao errar. Violaremos deveres religiosos e jurídicos. O método para compreender os preceitos superiores do Islã tem que ser islamicamente adequado, sob pena de já não se lutar pela fé mas contra ela. Se a impugnação dos hanbalitas funda-se nas idéias mestras do sistema sob o qual todos vivemos, só há possibilidade de resposta adequada no nível mais elevado desse mesmo conjunto de revelações. Caso contrário, tornaremos o superior inferior e vice-versa. Em virtude desses motivos, só uma contestação ombreia a tese mencionada: muitas são as alternativas válidas de interpretação do texto sagrado - a existência de nossas quatro escolas dá a melhor prova disto. No entanto, desse universo de opções hermenêuticas estão excluídas as que transformem o texto da unidade em pacto suicida. Todas as opções estão admitidas, menos as que signifiquem ou possam implicar a destruição da própria base sagrada e intocável da revelação. O equitativo Deus ditou os deveres dos homens e, em contrapartida, assegurou aos obedientes a felicidade na vida eterna. Ademais, Ele deseja o predomínio da verdade e do bem no mundo, pois, se assim não fosse, não teria escolhido o Profeta nem removido a venda dos olhos dos crentes. A esse respeito, tornemos à origem de tudo: *"Oh humanos! Desfrutai de todo o lícito e bom que contém a terra; mas não sigais os passos de Satanás, porque é vosso inimigo declarado"*

(versículo 168 da Sura da Vaca). E mais adiante está escrito: "*Combatei pela causa de Deus a quem vos combata, mas não provoqueis, porque Deus não estima os agressores*" (versículo 190, idem). "*Combatei-os até exterminar a idolatria e que prevaleça a religião de Deus. Mas, se se converterem, não haverá mais agressão senão contra os iníquos*" (versículo 193, idem). Assim, está prescrito no nível mais alto da nossa crença a necessidade de se lutar pelo justo contra o injusto, pela verdade contra o erro, até que prevaleça na Terra a fé revelada. Sucede que esse outro objetivo primordial do Islã correrá sério risco, se todos seus adeptos abandonarem o combate. A atitude de-missionária, assim como a soberba do intelecto, não se coaduna com a revelação. O fiel há de atuar e, assim, contribuir para o bem deste mundo. Tendo agido, deve entregar-se à vontade de Deus. Não se trata de nada fazer e por omissão colocar em perigo a obra divina nesta vida, nem de ter a veleidade de tudo poder, quando sabemos tocar só ao onipotente Deus decidir o destino do universo. Antes de mais nada, é necessário estar no caminho revelado. Uma vez nele, o crente entrega-se à vontade do justiceiro Deus e nada além d'Ele temerá. Por esses motivos, cremos na validade dessas reuniões. Elas representam ciência. E, como disse Maomé: "*o que é amado por Deus compreende a religião pelas ciências e, para adquirir as ciências, tem-se que estudar*". Precisamos saber com certeza onde está o norte da nossa religião, para tomarmos o rumo correto em nossas vidas e, então, deixar o restante ao juízo do sapientíssimo Deus.



Interrogados, os dois outros ritos nada acrescentaram. Limitaram-se ao apoio incondicional ao discurso chafiita. O califa partiu para o óbvio: a tese e a refutação ouvidas constituíam, talvez, problema mais delicado e importante que a própria polêmica ensejadora das reuniões havidas e vindouras. Declarou-se incapacitado para decidir no momento. Tornaria ao ponto na reunião seguinte. Gostaria de orar e meditar antes de decidir.

Durante várias noites, Al-Ma'mun quis ouvir novamente as quatro escolas sobre a dificuldade levantada pelos hanbalitas. O quadro não se alterou. Ambas as partes reafirmaram suas posições. Por mais que tentasse, nenhum dos contendores trouxe algo de original. Na esperança de esclarecer seu argumento, embora, à semelhança do oposto, fosse transparente como água da fonte, cada partido buscava reformulá-lo, ora com multidão de exemplos de recapitulação inútil, ora com a abolição de todos eles. Um tentava estilo tendente às notações algébricas; outro partia para o modelo suntuoso das epopéias e assim por diante. Tudo inútil. Esse círculo consolador mas estéril continuou até um realista desmascará-lo: estamos a parafrasear os demais sem sairmos do lugar. Nada mais existe a acrescentar nem à tese nem à refutação. O estádio atual da polêmica demanda tomada de posição. Al-Ma'mun, escusando-se de novo com o adiantado da hora e com os afazeres imperiais, postergou o problema.

A reunião ocorreu poucos dias depois. O califa não desejou esquivar-se do ônus de decidir. O soberano trazia no rosto as marcas da dificuldade da questão. De modo um tanto abreviado, anunciou inclinar-se pela tese da maioria, viabilizadora da discussão civilizada, em oposição às arruaças dos mercados. A gravidade do problema e a qualidade dos interlocutores tornavam indispensável, mesmo para o próprio califa, declinar os fundamentos da opção feita. Al-Ma'mun iniciou pela razão e prosseguiu com a idéia de se prostrar diante do criador Deus. Já então sensibilizado pelos hanbalitas, ponderou: ainda que grande parte da humanidade pareça dela tolhida, a razão representa o traço com o qual o agraciador Deus distinguiu o homem dos demais seres. Logo, e ninguém parece em condição de negá-lo, o homem deve fruir a dádiva do generoso Deus. Isso mostra o acerto do dado primordial destacado pelos três ritos, mas traz consigo uma dúvida: empregar a razão em qual objetivo? Apenas para compreender a revelação e agir de acordo com ela. Para encontrar o caminho correto e dele não sair. E é só. Quanto às conseqüências dos nossos atos justos, delas não indagar. Essa parte da lição dos hanbalitas merece, por outro lado, prevalecer. Quem age por conta dos resultados das ações logo se vê tentado a controlar o destino. Sabemos, porém, que ao irresistível Deus - e somente a Ele - cabe decidir a marcha do universo, desde o evento mais insignificante ao mais importante. Façamos a nossa parte, com o auxílio da razão, mas sem a arrogância por ela provocada, e entreguemos nossas almas a Deus: Ele proverá o resto



como Lhe parecer. O iluminador e perfeito Deus não falhará no julgamento. Ao fado por Ele estabelecido, seja qual for, nós nos curvaremos como sempre. A marcha do tempo foi subestimada. A dificuldade do tema, comparado por alguns aos partos árduos, desaconselhava prolongar a reunião.

O pressuposto assentado na véspera prometia rapidez nos assuntos adiados. O primeiro deles, tratou Al-Ma'mun de esclarecer logo, exigia pouco esforço. Os xiitas agradeciam e declinavam da honra do convite, ao menos na modalidade aventada. Não atinavam motivo para atendê-lo. Com todo respeito à autoridade imperial, indagaram eles, por escrito, mais ou menos o seguinte: por que detentores de poder decisório sobre seus assuntos haveriam de se rebaixar a meros supridores de argumentos a terceiro, elevado, assim, à condição de *cadi*[23] supremo? Aceitavam, sim, o envio de observadores com o intuito de se ilustrarem com a ciência dos ortodoxos. Quem sabe não se deveria deixar para os maduros anos, décadas ou séculos posteriores o debate entre as duas grandes seitas e viabilizar, assim, o fim do cisma? Sem objeções de nenhum dos presentes Al-Ma'mun alterou o convite, de forma a incorporar os observadores, que, soube depois, eram os próprios mensageiros até ali ocultos na modéstia ou segurança de simples portadores do escrito xiita. Verificou-se algum

23 - Juiz.

rumor entre os hanifitas: os adeptos mais jovens do rito puxavam discretamente as vestes do chefe da delegação e sussurravam algo como a semelhança da opinião xiita e certa idéia veiculada numa tarde dessas no observatório entre eles mesmos e os sábios na Rota da Seda. As frases foram pronunciadas em tom muito baixo. Não se sabe se em respeito ao bom andamento dos trabalhos, ou para impedir que as ouvíssemos. De todo modo, o registro ficou fragmentário. O segundo assunto da reunião era esta mensagem dos estudiosos da Rota da Seda:

"Saudações em nome do vivificador Deus e do seu Profeta!

Em mais de um lugar por onde passamos, ouvimos falar de desentendimentos entre nossos irmãos. Há notícias de insultos verbais, tumultos nos lugares públicos e até mesmo atos de violência promovidos por grupos de tamanho variado. Provavelmente, estamos diante de um fenômeno dos limites do império, onde a autoridade pública não dispõe de tanto fôlego para impor a ordem, como no seu centro. A forma tida por alguns como correta para resolver o problema nos preocupa mais do que ele mesmo.

Talvez estejamos diante de novidade provinciana. Mas o fato é que desavenças aqui verificadas são vistas como problema meramente teórico a demandar solução por sábios reunidos em conselho. Segundo a



opinião corrente por estas paragens, controvérsias entre cidadãos normais, quando versem sobre qualquer aspecto das normas superiores da comunidade muçulmana, não mais devem ser resolvidas com apelo à discussão de todos, nem com a intervenção do juiz comum, responsável por tantos benefícios entre nós, ainda que às vezes cometa os erros inerentes a todo ser humano. Começa a correr a idéia perigosa de se subtraírem os temas relevantes da fraternidade ao senso de todos a quem a decisão afetará ou mesmo aos mecanismos tradicionais de solução de nossos impasses. O consenso entre doutos - o *Igma*[24] - tudo resolveria.

Em estreita conexão com o pensamento anterior, já existe quem fale até mesmo no *"fechamento do portão da sabedoria"*, ou seja, em dispensar contribuições futuras para a superação de litígios da nossa vida. Uma vez proclamada a verdade acordada entre os sábios, nada mais restará a fazer.

Precisamos ter cuidado redobrado, sobretudo quando ambas as coisas vêm unidas: sábios trancados em salas a decidir sozinhos o destino das nações e a estabelecer que o resultado de seus pensamentos não

24 - Consenso na comunidade islâmica. Tem variados componentes, funções metodológicas e amplitude, a depender da escola em causa.

devem ser questionados, porque justamente eles são os sábios.

Antes de nos despedir, solicitamos perdão pelo laconismo desta mensagem. As caravanas partem sobrecarregadas. Assim, só admitem levar mensagens leves e, portanto, curtas, que não sacrificarão ainda mais os camelos submetidos à longa marcha até o lar".

A indignação com o escrito dos sábios amigos de Al-Ma'mun foi geral, apesar de ter variado de intensidade entre os quatro grupos. Cada qual sentia-se ultrajado por certo aspecto da mensagem, sem falar no ataque direto ao papel dos eruditos na condução da comunidade, que parecia afetar a posição de todos na Casa do Saber. O califa encerrou os trabalhos daquela noite. Discutir a carta com tempo para pensar prometia resultados melhores do que respostas de improviso elaboradas com o sangue ainda fervendo.

A reunião da noite seguinte registrou escassas mesuras rituais. Assim que aberta, começaram as intervenções descoordenadas acerca da carta lida na sessão anterior. A animosidade não cessara. Al-Ma'mun concluiu ter exagerado na proximidade dos dois encontros. Um mísero dia não bastara para se refazer o equilíbrio. Alguém notou a coincidência entre os temas abordados pelos viajantes da Rota da Seda e o cerne da polêmica, a ser tratado justamente quando recebida a carta. Outro aventou a possibilidade de não se tratar de mera



coincidência. Os sábios isolados estavam inteirados do andamento dos trabalhos desenvolvidos na Cidade da Paz e desejaram atingir os presentes. Como sabiam eles ter a discussão desaguado nas questões do *Igma* e na idéia ainda muito vaga de "*fechamento do portão da sabedoria*"? Essa circunstância alteraria o significado da mensagem. O improvável em termos de análise combinatória, como diriam os matemáticos do império, seria injúria bem assestada contra o coração de todos. Um terceiro, mais versado que o antecedente nas coisas do mundo e menos dado a especulações conspiratórias, demonstrou com mansidão a impossibilidade de se imputar aos remetentes da carta o intuito de caluniar qualquer dos debatedores: além de o califa ter-lhes informado só dos termos mais gerais dos encontros, não existiam condições materiais para mensageiro ter saído de Bagdá, narrar-lhes o estado presente da discussão e retornar da divisa com a China a tempo de manter a carta atual. Ao menos essa explicação se harmonizava com os dados da experiência humana, à qual, talvez, nem todos estivessem afeitos. O soberano constatou que o estado de relativa desorganização mental dos debates deveria ser debitada ao silêncio dos líderes das escolas. Os quatro abstiveram-se até aquela altura de intervir; deixaram livre a criatividade dos colegas menos experientes. Um pouco de treino não lhes faria mal, mas já era hora de encerrar. Os chafiitas pediram para falar. O interesse justificava-se por a carta ter-se voltado contra princípio fundamental defendido pelos seguidores de Cahfi'i: o *Igma*, entendido como unanimidade entre os doutos. Recapitulemos parcela diminuta da história do

Islã, em especial o modo pelo qual os "*ramos do direito*"[25] foram libertados da prisão de duvidosa fidelidade à revelação. Todos nós haveremos de nos recordar do lugar e data do início dos trabalhos destinados a solidificar a fé: eles tiveram início aqui no Iraque, na Síria e em Hagiz, há décadas. Naquela época, os estudiosos da escritura trabalhavam com o conceito de *Ra'y* [26] - interpretação pessoal -, acalentado até hoje pela venerável minoria hanifita. Com o auxílio do *Ra'y*, objetivavam testar a compatibilidade dos costumes anteriores ao advento da mensagem divina aos preceitos do Corão. A suma honraria de mais antigo rito islâmico explica o apreço da escola hanifita pelo sentimento pessoal de justiça do juiz: muito próxima dos primeiros experimentos jurídicos, fundados no *Ra'y*, natural haver ela valorizado esse procedimento. Tudo isso não obscurece a precariedade da situação da fé e dos crentes, quando ambos se vêem entregues às variações de pensamento e do sentimento do justo registradas no largo e imperfeito espectro humano. Cada cabeça, ou juiz, uma sentença. Essa dificuldade não passou despercebida a Abu 'Abd Allah Muhammad ibn Idris Chafi'i. O *iman* provou-nos - e nisso parece contar com o apoio de

25 - *Furu al fikh*, literalmente, ramos ou galhos do direito. Designa a atividade de transformar em obra os dados da revelação, libertar e desenvolver o próprio direito.

26 - Interpretação pessoal; sentimento de justiça ou eqüidade do juiz.



maliquitas e hanbalitas[27] - a necessidade de se extraírem as normas de padrões objetivos como o Corão, a *Sunna*[28], as *Qyas*[29] e o *Igma*. Substituir a instabilidade das decisões fundadas no èntendimento pessoal de todos os juízes pela segurança do texto e das tradições, todavia, não punha o ponto final nas discussões imagináveis. Chafi'i percebeu a insuficiência dessa solução. Notou que certos aspectos da vida dos fiéis pareciam regulados de maneira pouco clara nas fontes mencionadas. Noutras vezes, juristas de conhecimentos escassos - e quantos os há - chegavam ao ponto de divisar conflitos insuperáveis entre dois preceitos do texto sagrado. Por fim, mesmo a concessão às *Qyas*, à lógica - analogia e raciocício a contrário senso -, mostrava-se recurso vão, diante de extensas lacunas sobre certos temas. Quer nos casos de obscuridade da lei, quer nos casos de aparente contradição entre os diversos versículos a compô-la, quer, ainda, na inutilidade dos expedientes lógicos, a perplexidade restaurava-se. Não superar essas dificuldades restantes resultaria em derrota na última batalha. Se nada fosse feito, o *Ra'y* voltaria a preencher as lacunas nas três fontes islâmicas. Na ausência de outro marco visível, o juiz seguiria a orientação que lhe parecesse mais adequada. Sob outro nome, ou mesmo

27 - A bem da verdade, os hanbalitas admitem a utilização do *Ra'y* apenas e tão-somente nos casos de absoluta necessidade, ainda assim como *ultima ratio*.

28 - Conjunto das tradições acerca dos atos e palavras do Profeta em vida, que deve funcionar como exemplos para os crentes.

29 - Procedimentos lógicos: analogia e raciocínio a contrário senso.

sem nenhuma outra denominação, o *Ra'y* ou entendimento pessoal reinaria uma vez mais e tudo retornaria ao início da jornada. Nosso *iman* lembrou-se, então, das lições de Malik ibn Anas, assistidas em Medina. Mais precisamente, recordou-se da novidade introduzida pelo mestre: o *Igma*, a significar consenso entre os mais velhos doutos de Medina. Para o *iman* Malik, o *Igma* – simples "qualificação de procedimento" ou método -, também poderia indicar o correto caminho a ser seguido pelos crentes, desde que apoiado no livro sagrado ou na tradição do Profeta. Ao ver de Chafi'i, a expansão do Islã determinou a necessidade de ajuste no conceito de *Igma*. O crescimento da fraternidade muçulmana demanda a extensão do consenso sobre as normas a todos os irmãos e não apenas aos medinenses. Por fim, o *iman* levou às últimas conseqüências a frase de Maomé constante da tradição[30]: "*meu povo não estará de acordo em torno de um erro*". O consenso entre os doutos deve entrar em ação sempre que o livro sagrado não contiver resposta adequada ao problema. Mais do que isso: existindo acordo unânime entre os sábios, poderão eles agir com liberdade plena na direção dos nossos destinos. Defendemos mesmo que o consenso deve dominar o cenário da interpretação e aplicação da lei. Aí estão as pegadas do Patriarca na tradição citada. Escuso-me por ter abusado da paciência e do tempo de meus colegas. Encerro aqui minhas considerações em prol da aceitação do *Igma* em nosso

30 - *Hadith:* tradição compilada na Sunna.



meio. Al-Ma'mun aproveitou o verbo da última frase do discurso do líder chafiita e pôs termo aos trabalhos da noite. Convinha apressar a discussão. Para a noite seguinte, todos estavam convidados à Casa do Saber.

Ao argumento de terem sido citados por último, os maliquitas indagaram da possibilidade de iniciar os debates da noite. Retomo a polêmica na base reconfortante deixada pelo discípulo de Chafi'i - a palavra do Profeta: "*há algo de magia na eloqüência*". Isso bem o demonstraram os chafiitas. Por certo que o desencontro de opiniões provocado pelo sentimento pessoal do juiz e a impossibilidade de decidir causada pela supressão daquele sentimento não se harmonizam com o interesse público. E defendemos sempre o afastamento de tudo quanto lhe seja contrário; todos o sabem. Sob esse aspecto, tendemos a concordar com os chafiitas. Porém, há mais a se considerar, em se tratando do *Igma*, velho conhecido, e o "*fechamento do portão da sabedoria*", novidade de uns poucos. Logo de saída, sublinhamos a diferença substancial entre a idéia maliquita e a chafiita de *Igma*, o consenso entre doutos. Não custa rever a distinção: enquanto o *Igma* defendido por Malik está nas "*raízes do direito*", o Igma preconizado por Chafi'i encontra-se nos "*ramos do direito*". Não estamos a disputar por nomenclatura arbórea. A questão é bem mais delicada do que diferençar as extremidades de vegetal. O *Igma* dos maliquitas diz respeito ao método do direito, o consenso como a maneira correta de se interpretarem as verdadeiras fontes de onde emanam as

normas da fé. Já o *Igma* dos chafiitas transforma o próprio consenso em fonte de novas normas, depois de o ter ampliado aos sábios mais ilustres do Islã e não apenas aos de Medina. A distância entre as duas pontas do califado não se compara ao espaço aberto entre as concepções resumidas. Assim, cabe reter bem essa diferença substancial e dela retirar as conseqüências corretas. Uma coisa é apoiar o *Igma* como método científico de interpretar normas preexistentes à decisão, porque constantes do texto sagrado, ainda que em fórmulas vagas. Outra coisa, muito diversa, é alterar essa idéia de consenso entre doutos, para atribuir-lhe a função de criar imposições de todo inéditas para os fiéis. Quem apóia o *Igma*-método não necessariamente concorda com a noção de *Igma* como fonte ou poder para produzir inovações na sagrada ordem das coisas.

O representante dos hanabalitas também contraditou os fundamentos declinados pelos chafiitas em favor do *Igma*. Admitamos, apenas para argumentar, o acerto dos chafiitas na questão do *Igma*: o consenso deve ser incorporado à lista das fontes de normas do Islã, junto ao Corão e à Sunna. Ainda assim, a resposta chafiita para o problema parece deficiente. E uma das falhas - com perdão da palavra – está na ausência de demonstração de ser o *Igma* o consenso obtido só entre os doutos. Lembremo-nos da história. Num processo de décadas, Maomé tomou consciência e se entristeceu com a iniqüidade das criaturas moldadas pelo sublime Deus. Tendo-se atribulado com a situação alheia, pois tinha



honra, família, respeitabilidade e fortuna, e convicto do imperativo de modificar a injustiça em torno de si, Maomé isolava-se na gruta da montanha de Hira, em busca de paz para meditar. Após ali ter-lhe sido revelada a mensagem divina pelo anjo Gabriel, o Profeta buscou apoio inicial entre seus próximos e os demais moradores da cidade sagrada. Debalde, procurou os sábios e poderosos de Meca, de quem, no ínicio, somente obteve repulsa. Não nos esqueçamos: a persecução ao Profeta e aos seus seguidores foi tão violenta, que se viram obrigados a emigrar para Medina. A história mostra-nos que as raízes da crença estavam e estão assentadas no povo. Só mais tarde e depois de lutas, veio sua aceitação pelos donos do poder e do saber, em geral confundidos até carnalmente. Se dependesse dos poderosos e de muitos sábios, todos nós desta sala ainda estaríamos imersos na idolatria. Se infalibilidade da fraternidade da fé houver, como querem os chafiitas, ela decorrerá da participação de todos, não de um ou de alguns de seus segmentos. A passagem de onde se extrai a preponderância da opinião dos mais ilustrados não dá margem a essa conclusão. Maomé disse: "*meu povo não estará de acordo em torno de um erro*". Outros ditos do Profeta confirmam a impressão de, a vingar, o consenso deva ser formado em toda a coletividade, não apenas entre os sábios. O fundador do Islã foi além: "*todos os homens são iguais, como os dentes do pente do tear; não há superioridade do branco sobre o negro nem do árabe sobre o não-árabe*"; "*eu sou um homem como os demais*". Como todos somos iguais, a aristocracia do saber não se sustenta. Além disso,

se se pudesse tolerar o *Igma* como fonte adicional de obrigações para os fiéis, ele somente poderia referir-se aos temas não tratados no Corão: por definição, nada supera a revelação divina; nenhum douto é mais sábio que Maomé. Na melhor das hipóteses - e nem ela se aceita -, a decisão final haveria de ser iluminada, durante longo tempo, por toda a coletividade, aí incluídas todas as escolas e os humílimos protagonistas do mais modesto litígio apreciado pelo juiz à beira do deserto, pois, afinal de contas, também essas pessoas são protegidas pela revelação do onipresente Deus. Se pudesse existir, a legitimidade desse consenso de doutos - sempre inferior ao texto sagrado - só se estabeleceria após longo procedimento dotado de várias exigências: intervalo de tempo necessário ao amadurecimento das idéias e compreensão exata do alcance do texto sagrado; escalonamento em várias fases, com sujeitos diversos em cada uma delas; teste dos sucessivos resultados obtidos; discussão das soluções provisórias na comunidade e nas escolas; revisão por outros sábios e assim por diante. Se Maomé afirmou sua equivalência aos demais, constitui erro defender agora o contrário, dotando alguns do poder de substituir a revelação e todos os demais crentes.

À semelhança de todas as noites precedentes, Al-Ma'mun fazia questão de ter junto a si o sábio Gejor-Siul-ibn-Segrob, o cego que, em paradoxo apenas aparente, dirigia a biblioteca imperial. Todos em Bagdá sabiam de extensas conversas entre ambos, intensificadas durante os dias mediadores dos encontros noturnos. Até aquela



noite, o bibliotecário preferira trocar freqüentes comentários em voz baixíssima com o soberano. Porém, Segrob manifestou o desejo de intervir no debate naquele preciso momento. Se bem o compreendi, o tema resume-se assim: esquecida a validade do *Igma* como fonte de obrigação para os fiéis, os sábios lutam neste instante por saber se uns poucos doutos devem colaborar na sua formação ou se o consenso há de ser alcançado com o concurso de todos, declarados iguais pelo mensageiro divino. A questão em debate confirma meu teorema: "*já se disse que todos os homens nascem aristotélicos ou platônicos. Isto equivale a declarar que não há debate de caráter abstrato que não seja um momento da polêmica de Aristóteles e Platão; através dos séculos e latitudes, cambiam os nomes, os dialetos, as caras, mas não os eternos antagonistas*". Os aristotélicos supõem a ciência capaz de organizar mentalmente todos os dados de qualquer problema, colocá-los num esquema completo e oferecer a única resposta possível. À moda dos cristãos, os partidários de Aristóteles contentam-se com o consenso entre os doutos: os mais versados na ciência apontam o caminho correto e os demais os seguem. Já os platônicos, discípulos de Sócrates, trabalham com sistemas evolutivos mas não exaustivos, acreditam apenas no diálogo como mecanismo para minorar a crise gerada pela consciência do trágico da vida: ter optado pela ação - ao invés da omissão - e saber que ela, a ação, inexoravelmente gera alguma parcela de mal. Têm a noção exata do drama de se buscar a solução ideal, mesmo sabendo que, nesta Terra, só há soluções imperfeitas. Sabem, por fim, que somente

a participação da comunidade inteira pode legitimar as escolhas feitas, pois delas sempre sobra resíduo de dor e de mal para alguém. Resta-nos - a todos nós - tomar um dos partidos. Silêncio. Reunião dissolvida.

Na noite seguinte, os hanifitas discorreram sobre o *Igma*, como consenso dos doutos. Não tiveram dificuldade em se postar ao lado dos sábios da Rota da Seda ou de Platão, como se preferir. Voltaram a lembrar que o seu *iman* não escreveu lições; ele as expôs verbalmente e praticou atos pétreos. Determinado sultão nomeou Abu Hanifah para a função de juiz. Por se julgar carente dos atributos exigidos pelo cargo, recusou-se a assumi-lo. Foi, então, imolado pelo poderoso. Morte duplamente perversa. De um lado, ceifou a vida de um *iman*. De outro, criou situação deplorável: quantos de nossos juízes não exercem a magistratura apenas por medo de não morrer? Mas, o tempo cobriu com véu até mesmo o exemplo do *iman*. Caso todos os tolos que hoje se proclamam a serviço da Justiça tivessem consciência da sua condição, andaríamos sultanatos inteiros sem encontrar nem um juiz a afirmar-se apto para resolver disputa sobre camelo velho e famélico. Ao largo dessas considerações, importa mesmo extrair o princípio contido no ato derradeiro de Noman ibn Tabit[31] e por ele nos guiar. A mensagem legada pelo nosso *iman* aponta para direção inequívoca: a autocrítica das limitações

31 - Nome verdadeiro de Abu Hanifah.



humanas. Nem sequer a fama de sábio já em vida foi capaz de arranhar a convicção de Abu Hanifah na falibilidade humana, mesmo em se tratando de doutos. Tanto assim que se disse incapaz de resolver litígios banais da judicatura. Como o *iman* tinha por máxima desconfiar da capacidade dos homens - doutos ou não - para desatar até mesmo as questões sobre as insignificâncias do quotidiano, não há outra saída acertada: opomo-nos firmemente à idéia de elevar o consenso entre os tidos como doutos à condição de fonte de obrigações para os fiéis. Na melhor das hipóteses, o *Igma* haveria de ser forjado por todos os membros da nossa comunidade. Tampouco concordamos com isso, porque sobre a vontade de todos paira o desígnio irrevocável e único de real interesse - o do grandioso Deus. De nada valem os momentâneos acordos entre os mortais - ou *Igma* -, se este consenso não refletir o escrito na lei fundamental ditada por Deus. E o hanifita lembrou passagem da *Sunna*: *"o Profeta disse: quando Deus criou o cálamo, ordenou-lhe: escreve! O cálamo perguntou: oh, Senhor! Que escreverei? Escreve, respondeu Deus, o destino de todas as coisas até o fim do mundo. E o cálamo escreveu tudo o que foi e tudo o que será até o século dos séculos. Jamais haverá superioridade do árabe sobre o não árabe, ou a inversa, nem do branco sobre o negro, ou inversamente, senão pela piedade"*.

Os ortodoxos indomáveis - os hanbalitas - prosseguiram no raciocínio em aparte consentido: denunciamos como a sublevação mais perigosa contra a

vontade de Deus a idéia de atribuir ao consenso, seja lá de quem for - de doutos ou ignorantes -, tanto a capacidade de gerar deveres novos, ausentes do Corão, quanto o poder de abolir as antigas obrigações inequivocamente nele escritas; também repudiamos a pretensão de o acordo humano ser livre para pendurar frutos nos "*ramos do direito*". Os frutos são os que o provedor Deus lá zelosamente fez brotar e se contemplam na norma superior por Ele revelada - o livro sagrado a que todo o povo de Deus tem acesso pela leitura. Não é por outra razão que a obra mais importante da nossa cultura - o Corão - tem seu nome tirado do verbo *qara'a*, de significado conhecido por todos: ler. Quem o ler - seja um douto, juiz de aldeia ou simples servo do supremo Deus - há de intervir em favor da sua causa. Ai de nós, se não pudermos nem ao menos ler por nós mesmos o livro da fé! Cairemos na mesma armadilha onde os seguidores do profeta Jesus se vêem presos: impossibilitados de ler o Evangelho por si mesmos - porque escrito em língua antiga e só o clero nela versado está autorizado a interpretá-lo -, aqueles homens dependem da leitura monopolizada pelos sumos sacerdotes da igreja para ter acesso à palavra sagrada. Os cristãos carecem de meios para distinguir o texto sagrado da versão que lhe emprestam os sacerdotes. Desqualificamos o acordo mencionado como a mais danosa sedição à fé engendrada em nossas fileiras. Todos estamos de prontidão para o ataque dos infiéis, mas nenhum de nós espera golpe partido de quem deveria combater ao nosso lado. Perdoem-nos os nossos opositores. Não pretendemos



ofender pessoas, mas ansiamos por fidelidade ao essencial da crença professada por todos nós. Não há outro nome, senão blasfêmia, para designar a conjugação do "*consenso entre os doutos*" ao "*fechamento do portão da sabedoria*"[32], à semelhança de duas corcovas de um mesmo camelo. Pelo primeiro, a ciência tudo resolve. Pelo segundo, uma vez estabelecida a verdade pelos doutos da fé, nada mais resta a fazer: o trabalho intelectual por eles desenvolvido terá sido tão completo que, aos demais fiéis sobrará apenas pô-lo em prática e não pensar mais no seu desenvolvimento. Não raciocinamos em termos da dualidade Platão-Aristóteles. A nós pouco importam as sutilezas teóricas estrangeiras. Admitir que o acordo alcançado por mortais ilustrados estabeleça, de modo exclusivo e apriorístico, o conteúdo do livro sagrado implica atribuir a esses homens a dignidade de Deus, mesmo no tocante ao atributo da infalibilidade. Equiparar homens a Deus não passa de apostasia. Se o consenso entre doutos se converter na fonte primordial do nosso saber, então os doutos, na prática, tomarão o lugar de Deus, porque poderão atribuir ao texto sagrado qualquer significado, até diverso do real. No limite, tal troca de sentido das palavras do livro é a ab-rogação da palavra de Deus pelo homem. Já não mais teremos homens entregando-se à vontade de Deus, mas Deus entregue à vontade dos homens. Que o munificentíssimo Deus nos livre disso!

---

32 - *Igtihad* quer dizer sabedoria.

Agora, os hanifitas abasteciam os hanbalitas com outros argumentos, num aparte ao aparte: o consenso só entre os doutos define-se como o *Ra'y*[33] de pessoas ilustradas. Assim, a tese dos chafiitas incide no erro denunciado por ela mesma: substitui o sentimento de justiça geral por outro, restrito aos doutos. De mais a mais, os verdadeiros sábios sempre dispensaram o argumento de autoridade. O respeito aos sábios dá-se pela sapiência imanente aos seus atos e lições, não pela imposição com cimitarra. O Profeta afirmou: *"mais vale a tinta dos sábios do que o sangue das espadas"*. Se as razões dos doutos forem mesmo sábias, elas se imporão por essa qualidade; se não se impuserem por si mesmas, então provavelmente nem sábias serão. O respeito aos doutos não se arranca dos discípulos ou dos súditos, conquista-se pela própria sabedoria. A tinta do douto não se confunde com o sangue derramado pelas cimitarras nem com o fechamento, à força, do *"portão da sabedoria"*, esmagando os fiéis, após a suposta verdade ter-lhes sido anunciada por fresta nele entreaberta. Quando nada, o fechamento do *"portão da sabedoria"* congelará o texto sagrado numa situação limitada no espaço e no tempo. Contudo, o texto da revelação necessita de homens de corações e mentes aquecidos, para manter viva a fé por toda eternidade. Não podemos, ainda, descartar o erro dos sábios. Como bem demonstraram os hanbalitas, por definição, apenas Deus

33 - Sentimento pessoal de justiça do julgador.



desfruta a infalibilidade; nós, não. Nestes dois séculos e pouco da Hégira, já temos exemplos de sobra dos equívocos cometidos pelos doutos, a impor meditação profunda sobre o consenso de sábios e a aplicação cega do que disseram. Para ficar só no exemplo mais constrangedor, não estão os quatro ritos a pesquisar os atos e palavras do Profeta para retirar da *Sunna*[34] as tradições falsas nela introduzidas pelo egoísmo de impostores? No *Igma* como fonte de normas para os crentes, quando o consenso estiver errado, já não haverá diferença entre interpretação do texto sagrado e a livre criação de outro texto supostamente revelado mas, de fato, herético, sob o manto do primeiro. A interpretação tem carga de novidade; todavia ela não mais existe, se se alterar a essência do sentido dos preceitos revelados. Isso é deturpação do texto. E, se além disso, o *"portão da sabedoria"* estiver fechado, a correção do erro nunca mais acontecerá. Contra ambos os males, os crentes devem lutar, porque ao seu lado está o sagrado direito de resistência. Os chafiitas retrucaram: se os doutos errarem, terá sido a vontade de Deus. Nova objeção hanbalita: a vontade de Deus somente pode ser a de acertar, isto é, gerar a correspondência exata entre o texto e sua interpretação, até porque o Altíssimo só entende o significado do termo erro pelos atos humanos que concretizam enganos, não por experiência própria. Os

34 - Conjunto das tradições acerca dos atos e palavras do Profeta em vida, que devem funcionar como exemplos para os crentes.

ortodoxos foram adiante. Ainda que involuntariamente, concordar com a blasfêmia da substituição da palavra de Deus pelo consenso de estudiosos é caminhar aceleradamente para heresia maior: já existem defensores da possibilidade de o acordo dos doutos suspender a vigência do livro sagrado não mais por acidente, engano - como até há pouco se falava - mas de modo intencional. Mais dia menos dia, alguém achará razoável que pessoas portadoras de amplos conhecimentos tenham o direito de, conscientemente, suspender até mesmo as leis superiores do Corão em benefício de outras, engendradas pelo imperfeito legislador humano do momento. E o farão em nome de conceitos vagos como o bem comum, interesse social, ordem pública e assim por diante. Não há como deixar de fazer observação ligeira quanto a esses conceitos vaporosos, bem ilustrados na cláusula do interesse público. Pode haver interesse público maior neste mundo do que o respeito absoluto e incondicional ao prescrito no livro sagrado? Por acaso, haverá algum valor mais caro e importante à comunidade do que a fiel e estrita observância - por doutos e ignorantes - do revelado por Deus? Quem se inclinar pela resposta afirmativa às duas questões esvaziará a noção de Deus e de sua lei, melhor e acima de todas as outras; também plantará entre nós a semente da destruição do que verdadeiramente nos une - nossa fé. O brilho forte do sol a invadir a sala colocou ponto final na reunião. Al-Ma'mun convocou outra para a noite imediatamente posterior.



Aberto o encontro, Al-Ma'mun disse: esta noite marca o fim da primavera. À semelhança do florescimento de todas as plantas ao toque do afetuoso Deus, nossas discussões dão testemunho fugaz da grandeza de nosso Senhor. Convoquei os sábios à Bagdá alarmado com a diversidade de idéias a agitar o nosso califado. Não percebi que o grande tesouro do império confunde-se com essa pluralidade de pessoas a caminhar juntas na estrada construída pelo congregador Deus. Imerso em puro preconceito, acreditei na possibilidade de separar o justo do injusto com o auxílio exclusivo de sábios em discussão apartada do restante da nossa fraternidade. Desconhecia que só o todo - não a parte - da comunidade detém a capacidade de criar sentidos duradouros para a sua própria vida. Dominado por medo gerado no ludibriador mundo dos sonhos, julguei acertado *"fechar o portão da sabedoria"*, após ter definido e imposto a todos os demais e para todo o sempre o ponto de vista correto acerca da crença professada por todos nós. Minha cegueira impedia-me de ver que a beleza do Islã está justamente em reconhecer que a crença no único e protetor Deus não se faz à custa da variedade de suas manifestações sobre a terra, todas de igual mérito. Hanifitas, hanbalitas, maliquitas e chafiitas têm o mesmo valor e não podem ser substituídos uns pelos outros. Fixar entendimentos sobre conceitos abstratos importa pouco; mais importantes mostram-se percorrer a senda do justo e afirmar um único princípio - Deus acima de todos a garantir a cada qual o que lhe é devido. As diferenças no restante são todas suportáveis.

Os quatro ritos representam entendimentos respeitáveis da mensagem revelada, merecem e têm o respeito recíproco e o do poder temporal. Enquanto a serviço de Deus e da justiça, os crentes são livres para se filiar a qualquer dos quatro ritos básicos, cujo método inclui sempre o acesso imediato à revelação, por meio da leitura e meditação sobre o texto sagrado. Por isso, todas as escolas impõem, pelo menos, cinco contatos diários com a palavra escrita e ensinam todos a ler. Enquanto trabalhar com os instrumentos da fé e no intuito de a realizar, cada juiz tem o direito e o dever de julgar segundo a sua convicção e a escola à qual livremente julgou merecedora de sua adesão. Nem se trata de adotar compulsoriamente a escola prestigiada pelos detentores do poder, nem de se dobrar à eleita pela maioria. Assim como cada fiel escolhe o seu rito, o juiz também é senhor de suas convicções contidas nos limites da revelação. Ao principiarmos a discussão, corríamos o risco de as nossas muitas noites se transformarem em período de trevas para o califado, cuja duração e cujo destino ninguém poderia prever. Ao fim da nossa jornada, para a nossa felicidade eterna, as muitas e boas noites aqui passadas testemunharam honestas e livres meditações de pessoas que se entregaram à vontade do protetor Deus. Já é tarde. Convido-os agora para que façamos juntos as nossas orações desta noite de despedida.

Como sempre, certos estudiosos dedicados ao exame da polêmica árabe documentada no manuscrito duvidam da autenticidade integral do texto que consultei no Real



Gabinete Português de Leitura, sobretudo das duas cartas enviadas pelos sábios da Rota da Seda a Abu-al 'Abbas 'Abd Allah al-Ma'mun. Certos historiadores modernos negam até mesmo a existência dos sábios árabes alegadamente no final da Rota da Seda[35]. Outra corrente admite terem eles vivido e viajado até o destino mencionado; mas, em razão da distância que os separava de Bagdá, nem sequer souberam da convocação feita pelo soberano[36]. Uma terceira escola defende a tese de que as mencionadas pessoas, de fato, existiram e estavam no lugar mencionado no manuscrito. Porém, de lá enviariam não mais do que uma única mensagem descrevendo o lugar ao califa. Para estes últimos historiadores contemporâneos, as cartas foram expedientes usados por Al-Ma'mun para defender idéias divergentes da crença oficial e popular sem que se lhe pudesse opôr a pecha de apóstata[37].

De qualquer modo, o livro a que tive acesso registra: quando parte dos sábios da Rota da Seda regressou -

---

35 - E. g., Elliot Dust, *The arabian people and its thought*, p. 628, em nota de rodapé com vasta indicação bibliográfica; e Rodolfo Quevedo Morisco, *Presencia árabe en España: memorias*, vol. 2, p. 122.

36 - Pascal Sable, *Histoire de la pensée arabe*, p. 337; Maria Algarve, *Pensamento árabe em solo português*, p. 213.

37 - Cf., entre tantos outros, Willem von Ödeland, *Geschichte der arabischen Philosophie*, p. 723; Christian Wüste, *Das arabische Denken im 9. Jahrhundert*, p. 356; e Tania Hoch-Stapler, *Arabische Quellen des abendländichen Rechtsdenken der Gegenwart*, p. 225.

alguns morreram e outros preferiram continuar no isolamento -, o calor dos debates se tinha apagado; tudo já não passava de páginas frias de um volume da Casa do Saber, de onde copiado o incunábulo no qual me fiei para escrever esta memória. À semelhança do livro, o califado desfrutava da paż decorrente do saber árabe, que fez prevalecer a tolerância entre iguais, encarnados nos quatro ritos. A propósito, *laiaali* significa, em árabe, muitas noites.